Cronologia da Democratização Portuguesa — Leitura de Figuras

12.º Ano · História A · 3 páginas · 6 exercícios

Competências que desenvolve: Ler a cronologia de 1974–76, explicar o que é o PREC e encadear revolução, experimentação e constitucionalização.

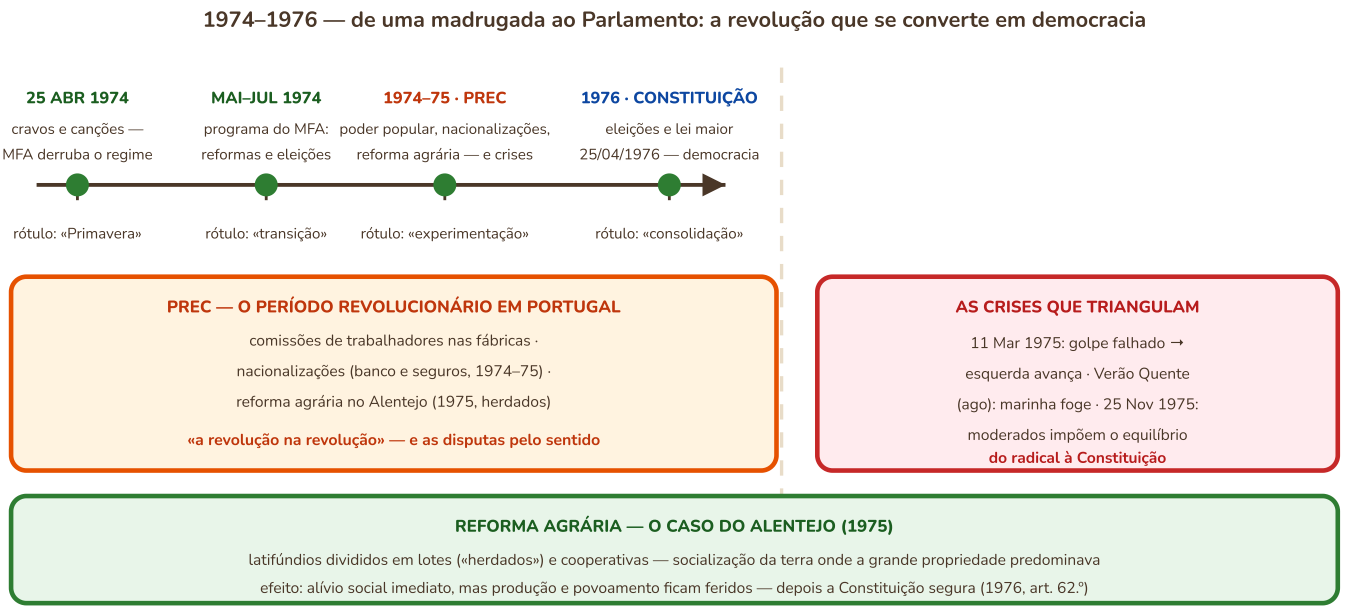


Figura F5 — A democratização portuguesa: de 1974 a 1976.

Exercícios

1. Os quatro passos (Figura F5): do cravo à Constituição — o rótulo de cada fase e o que a distingue das outras.

2. 25 de Abril: quem age (MFA), como corre a operação e por que é que ficam os cravos e a canção?

3. PREC (caixa laranja): as três medidas — comissões, nacionalizações, reforma agrária — e o que cada uma muda.

4. Reforma agrária (faixa verde): porque é que o Alentejo é o caso típico? E o que a Constituição de 1976 faz à terra?

5. V/F (Figura F5) — justifica as falsas: a) «A Constituição é de 1975.» ( ) b) «O Verão Quente de 1975 é uma vaga de calor.» ( ) c) «A reforma agrária abrangeu todo o país por igual.» ( )

6. Porquê (5–6 linhas): porque é que a democracia só se instala em 1976 e não em 1974? Usa os quatro rótulos e as crises.

© 2026 Estudantices

Soluções — Cronologia da Democratização Portuguesa

1. Primavera (25/04/1974): derrubar o regime num dia · **transição** (1974): programa do MFA — reformas e eleições para preparar a democracia · **experimentação** (PREC, 1974–75): poder popular e economia socializada — a revolução decide o que quer ser · **consolidação** (1976): eleições e Constituição — regras fixas, democracia instalada.

2. Age o **Movimento das Forças Armadas (MFA)** — oficiais jovens que, na madrugada de 25/04/1974, tomam quartéis-generais, a RTP e a Emissora Nacional («a toda a gente, boa tarde»). Corre quase sem violência (a chamada «revolução dos cravos»): a tropa não dispara, o regime cai em horas — e os **cravos nos canos** e a canção «Grândola, Vila Morena» ficam como símbolo de uma revolução sem mortos.

3. Comissões de trabalhadores: os operários passam a gerir as fábricas (poder de quem produz) · **nacionalizações** (1974–75): banco, seguros e grandes empresas passam ao Estado — fim do capital privado grande · **reforma agrária** (1975): os latifúndios são divididos — a propriedade riqueza de séculos dissolve-se. As três juntas: economia e política deixam de ser do lado de cima.

4. O **Alentejo é o caso típico** porque é onde domina a grande propriedade (latifúndios de cereis e olivais) — só ali a divisão muda de verdade a face do campo, ao contrário do minifúndio do Norte. A Constituição de 1976 (art. 62.º) **não reverte nem congela**: protege a função social da propriedade e as formas de exploração coletiva — o resultado da reforma fica, mas dentro da lei.

5. a) **F** — a Constituição é promulgada a **25/04/1976** (o segundo aniversário) b) **F** — «Verão Quente» é o **choque de agosto de 1975** (marinha e forças para Lisboa) c) **F** — o foco é o **Alentejo** e zonas de latifúndio; no Norte minifundista a mudança é pouca.

6. Porque **derrubar não é governar**: em 25/04 cai o regime, mas não há regras novas — durante o PREC (1974–75) o país experimenta e briga pelo sentido da revolução (11 de Março, Verão Quente, 25 de Novembro), e cada crise mostra que sem acordo não há Estado. Só em **1976**, com eleições e Constituição (25/04), é que as regras ficam escritas e valem para todos — é a passagem do «que fazer?» ao «como decidir?»: os quatro rótulos são uma linha, não quatro saltos.

Nota de correção: 1974 derruba · 1975 experimenta · 1976 constitucionaliza · Verão Quente ≠ calor · Alentejo ≠ país inteiro.

© 2026 Estudantices